

**feam**FUNDAÇÃO ESTADUAL  
DO MEIO AMBIENTE

PROTOCOLO Nº

093352/05

Parecer Técnico DIALE Nº 22/2005  
Processo COPAM Nº 00163/1986/007/2004

PARECER TÉCNICO

Empreendedor: **FRIGORÍFICO R & M LTDA**

Empreendimento: Unidade Industrial

Atividade: Abatedouro de bovinos e suínos e graxaria

CNPJ: 21.901.617/0001-21

Endereço: Rodovia BR 262 – Km 12, s/nº- Bairro Borges

Município: Sabará/MG

Referência: **DEFESA AO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1687/2004**

Infração: Grave

DN:	Código	Porte
01/1990	26-20-00	G
74/2004	D-01-03-1	G

Em 8-5-2001, o Frigorífico R & M Ltda obteve a Licença de Operação do COPAM, com validade de 4 anos. O empreendimento iniciou suas atividades em abril/1986, como o então Frigorífico FRIGOBON-UBERADA Ltda.

O quadro funcional é composto de 88 pessoas, e a jornada de trabalho é dividida em dois turnos, totalizando 44 h/semanais. Possui uma capacidade instalada para o abate diário de 1000 cabeças de suínos e 300 cabeças de bovinos, entretanto o abate atual está em torno de 450 suínos e 130 bovinos.

Em vistoria realizada ao empreendimento, em 7-7-2004, foi verificado pela FEAM o descumprimento as seguintes condicionantes estabelecidas na concessão da Licença de Operação: a condicionante nº 2- implantar o projeto solicitado do sistema de compostagem de resíduos orgânicos; a condicionante nº 4- implantar os aeradores na lagoa da ETE; a condicionante nº 5- implantar o sistema de controle na caldeira de 6t/h de vapor e a condicionante nº 7- executar os Programas de Automonitoramento dos efluentes líquidos, emissões atmosféricas e de acompanhamento dos resíduos sólidos.

Sendo assim, foi lavrado contra a empresa, em 4-8-2004, o Auto de Infração nº 1687/2004, por descumprir condicionantes formuladas por Câmara Especializada do COPAM, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitorização ou equivalentes, aprovadas na Licença de Operação, não sendo constatada a existência de poluição ou degradação ambiental, no momento de vistoria.

Tempestivamente, a empresa apresentou defesa alegando que apesar de não implantar o sistema de compostagem, o empreendimento vem adequadamente dispendo os resíduos das esterqueiras, em propriedades rurais que utilizam os resíduos como condicionantes de solo. Também alega que apesar dos aeradores não terem sido implantados na ETE, a estação tem proporcionado o rendimento aos limites fixados pela DN 10/86 do COPAM, a ser visto no laudo laboratorial anexado junto à defesa, o qual realmente atende aos padrões de lançamento da DN COPAM 010/86. Salientou que já foram adquiridos os aeradores e que faltava apenas a entrega pelo fabricante. Sobre a caldeira, não foi implantado o sistema de controle ambiental porque encontra-se desativada, já que trata-se de equipamento reserva, sendo que a principal possui sistema de controle. E a respeito dos Programas de Automonitorização, já estão sendo executados.

As alegações apresentadas podem ser parcialmente aceitas, do ponto de vista técnico, já que, na ocasião da vistoria, que gerou o AI em questão, não foram especificados, pelo representante da empresa, os locais para onde estavam sendo encaminhados os resíduos orgânicos e nem estavam sendo cumpridos regularmente os Programas de Automonitoramento. Cabe ressaltar que a empresa só apresentou suas justificativas após sofrer autuação, época também em que regularizou os Programas de Automonitoramento.

Do ponto de vista técnico, entende-se que os argumentos apresentados, apesar de verdadeiros, não descaracterizam a infração, pois foram apresentados somente após a lavratura do auto.

Dessa forma, este parecer sugere a aplicação das penalidades cabíveis, ouvida a Procuradoria da FEAM.

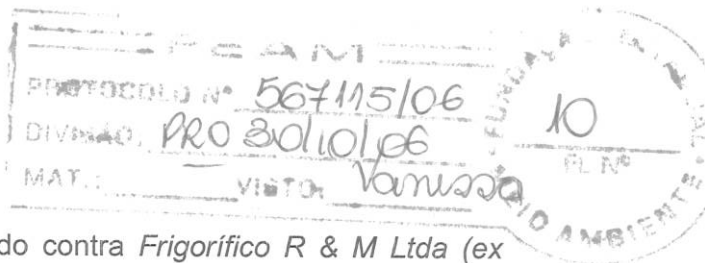
Divisão de Indústria Alimentícia - DIALE		Diretoria de Atividades Industriais e Minerárias – DIRIM
Autora: Vanessa de Carvalho Técnica Fundação Eduardo Azeredo	Gerente: Consuelo Ribeiro de Oliveira	Diretora: Zuleika Stela Chiacchio Torquetti
Assinatura: <i>Vanessa de Carvalho</i> Data: 4/5/2005	Assinatura: <i>Consuelo R. Oliveira</i> Data: 4/5/2005	Assinatura: <i>Zuleika Stela Chiacchio Torquetti</i> Data: 09/05/05

**feam**

**FUNDAÇÃO ESTADUAL  
DO MEIO AMBIENTE**

Processo nº: 163/1986/007/2004

Assunto: Auto de Infração nº 1687/2004, lavrado contra *Frigorífico R & M Ltda* (ex *Frigorífico Uberaba / Frigobom*)



## **PARECER JURÍDICO**

### **I) RELATÓRIO**

1 - A empresa Frigorífico M & R Ltda., foi autuada como incurso no item 2, do § 2º, do artigo 19, do Decreto nº 39.424/98, modificado pelo Decreto 43.127/02, por *"descumprir condicionantes formuladas por Câmara especializada do COPAM, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitorização ou equivalentes, aprovadas na Licença de Operação, não sendo constatada a existência de poluição ou degradação ambiental, no momento da vistoria."*

2 - O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. Tempestivamente, a empresa apresentou sua defesa, alegando em síntese que:

- Apesar de não implantar o sistema de compostagem, o empreendimento dispõe adequadamente os resíduos das esterqueiras, em propriedades rurais que utilizam os resíduos como condicionantes do solo;
- Apesar de os aeradores não terem sido implantados na ETE, a estação tem proporcionado o rendimento aos limites impostos pela DN 010/86 do COPAM, como pode ser visto no laudo laboratorial anexado junto à defesa; salientou, ainda, que os aeradores já haviam sido adquiridos, mas não haviam sido entregues;
- A caldeira na qual não foi implantado o sistema de controle ambiental encontra-se desativada;
- Os programas de automonitoração estabelecido nas condicionantes já estão sendo implantados;

3 - O Parecer Técnico de fls. 9 informa, em síntese, que as alegações apresentadas, embora verdadeiras, não descaracterizam a infração.

Informa que as alegações apresentadas pela empresa podem ser parcialmente aceitas, do ponto de vista técnico, pois, quando realizada a vistoria, que gerou o auto de infração em questão, não foram especificados pelo representante da empresa o local para onde estavam sendo encaminhados os resíduos orgânicos e os programas de automonitoramento não estavam sendo cumpridos regularmente. Ressalta, ainda, que a empresa só apresentou suas justificativas após sofrer autuação.

4 - Do ponto de vista jurídico, a defesa não apresentou quaisquer argumentos que pudessem descaracterizar o cometimento da infração. Pelo contrário, apenas demonstrou o seu inadimplemento perante a legislação ambiental.


### **II) CONCLUSÃO**

Isto posto, tendo em vista que a autuada não apresentou argumentações jurídicas capazes de descaracterizar a infração cometida, e cometeu anteriormente, pelo menos 02 (duas) infrações gravíssimas (processo administrativo nº 163/1986/002/1990 - § 3º, item 1 e § 3º, item 3) que podem ser consideradas como antecedentes negativos, remetemos os autos ao Presidente da FEAM, recomendando a aplicação de 01 (uma) penalidade de multa no valor de **R\$ 21.282,00**, nos termos do art. 1º, inciso II, alínea "c" (infração grave, empreendimento de grande porte), c/c com o artigo 2º, § 1º, inciso III, da Deliberação Normativa COPAM nº 27/98, alterada pela Deliberação Normativa COPAM nº 64/03.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 20 de outubro de 2006.

  
**Carulina de Freitas Chagas**  
**Estagiária acadêmica**

  
**Denise Bernardes Couto**  
**Consultora Jurídica**  
**OAB/MG nº 87.973**

